

## Historiografia, Escravidão e Luta de Classes no Brasil

Mário Maestri<sup>1</sup>

Programa de Pós-Graduação em História UPF, RS

**Resumo:** Na Colônia e no Império, justificou-se a escravidão devido à desigualdade dos homens, à vontade de deus, ao respeito à propriedade, etc. As raras visões antagônicas foram abafadas. No pós-1888, operações complexas resgataram a escravidão e deslocaram o cativo como centro do devir histórico. As visões heterodoxas foram igualmente silenciadas. Nos anos 1970, o avanço mundial da luta de classes permitiu que o trabalhador escravizado se transformasse em elemento explicativo do passado do Brasil. A maré neoliberal dissolveu esses avanços propiciando restauração das visões historiográficas tradicionais sobre uma escravidão feliz e consensual.

**Palavras-chaves:** Historiografia da escravidão; 2. Escravidão e luta de classes; 3. Historiografia e luta de classes

**Abstract:** During Brazilian Colony and Empire, they said slavery was necessary because of inequality of men, God's will, respect for property, etc. The rare divergent opinions were hushed up. After 1888, complex operations rescued slavery, but withdrew it as the center of the historical process. Besides, all heterodox views were silenced. In the 1970s, the worldwide advancement of class struggle allowed the enslaved workers to become an explanatory element of the Brazilian past. Neo-liberalism dissolved these advances enabling restoration of traditional historiographical visions.

O Brasil foi parido, aleitado e criado pela escravidão. As colônias lusitanas das costas americanas vingaram apoiadas na dura exploração do trabalhador escravizado, primeiro nativos, logo africano. Todas as esferas do mundo luso-americano foram determinadas pela escravidão. Nas Américas, o Brasil foi a nação mais acabadamente escravista. Foi um dos primeiros territórios a introduzir a escravidão colonial e o último a aboli-la. Importou o maior número de cativos e não teve região que desconhecesse a servidão. [MAESTRI, 1988: 33 *et seq*].

Em 1822, a independência sob o centralismo bragantino interpretou as necessidades da manutenção da ordem e do tráfico negreiro. O Estado monárquico-escravista expressou por 66 anos o escravismo. A abolição da escravidão levou a monarquia inexoravelmente à extinção. A Abolição foi a única revolução social vitoriosa no Brasil. [VIOTTI, 2008; GORENDER, 1989; MAESTRI, 2001].

Apesar da oposição escravizado *versus* escravizador constituir a contradição essencial da antiga formação social brasileira, na Colônia, no Império e na República Velha, mesmo quando citado, o trabalhador escravizado foi ignorado como categoria explicativa do

---

<sup>1</sup> Mário Maestri, 65, é doutor em História pela UCL, Bélgica, e professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, RS, Brasil. E-mail: [maestri@via-rs.net](mailto:maestri@via-rs.net)

passado pré-1888. Ele ocupou “na hierarquia teórica o mesmo lugar subordinado que ocupara na hierarquia social objetiva”. [GORENDER, 2011: 49].

A expansão marítima e a descoberta das Américas consolidaram a escravidão, há séculos praticada em Portugal. Sob a dominância do Estado feudal lusitano, assentado na proposta da diferença *natural* dos sujeitos, a exclusão étnica, cultural, lingüística, jurídica, etc. do cativo consolidava as visões monolíticas que o reduziam à mercadoria animada. O consenso colonial sobre a instituição deveu-se à plena submissão do cativo e à relação umbilical dos primeiros ideólogos das colônias luso-brasileiras com a exploração escravista. Os escribas profanos coloniais eram proprietários de trabalhadores escravizados e altos quadros da administração.

Nos séculos 16 e parte do 17, a *intelligentsia* colonial apreendeu a instituição sobretudo como fato social natural. A escravidão não foi objeto de tratados e de ensaios – as raras exceções que se debruçaram criticamente sobre a instituição foram duramente silenciadas. Os primeiros discursos laicos sobre as colônias preocuparam-se com a descrição-apropriação do espaço; arrolamento dos nativos, fauna e flora; defesa das possessões das metrópoles européias; elogio do clima e fertilidade das terras. Quase nada disseram sobre a escravidão. [MAESTRI, 2001: 37 *et seq*].

Únicos intelectuais profissionais da época relativamente independentes do escravismo, os sacerdotes construíram imagem/discurso que aparentemente os “alçava por cima das classes sociais”, enquanto interpretavam as *necessidades gerais* do Estado do qual dependiam. O clero e as ordens eclesiásticas eram proprietários, não raro, de grandes quantidades de cativos. [VAINFAS, 1986: 68].

Reprimidas sistematicamente, as visões *alienadas* de mundo dos cativos e dos quilombolas exprimiam-se através de meios precários de transmissão que até hoje não foram objeto de estudo sistemático. Elas encontram-se registradas em ditados; literatura oral; práticas religiosas; música; documentos oficiais, com destaque para os judiciários, etc.

### **Produzir mais, com menor custo**

Em meados do século 17, evoluiu o discurso sobre a escravidão, com o fortalecimento da economia colonial, a dominância da escravidão africana, a resistência do cativo. Intelectuais clericais consolidaram as justificativas da instituição e discutiram as

melhores condições para a produção e reprodução das relações escravistas. As contradições postas pela objetivação da humanidade do cativo no ato produtivo e na resistência e pelo princípio cristão da monogênese da humanidade foram solucionadas pela explicação da escravidão como decorrência do pecado original e de diferenças naturais.

Os clérigos definiram, para os escravizadores, a escravidão como uma verdadeira estratégia divina para a salvação de seres reduzidos pela própria origem. Para os escravizados, ela foi definida como meio de salvação da alma. A submissão do cativo ao proprietário foi proposta como via de redenção: “Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor .padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão.” – disse o padre Viera. [VIEIRA, 1951].

Os jesuítas italianos André João Antonil e Jorge Benci registraram o novo olhar sobre a escravidão ao proporem, como as melhores condições para que os cativos produzissem mais, sob menor tensão, a dose certa de *roupa, comida, castigo e trabalho* incessante. O padre Manuel Ribeiro da Rocha expressou como *preguiça* a oposição permanente do cativo ao trabalho escravizado, forma de luta de classes. Os cativos, “quando comem suam e quando trabalham estão frescos [...]”. [ANTONIL, 1976; BENCI, 1977; ROCHA, 1992.].

3

Em inícios do século 18, após a guerra palmarina, a resistência servil foi abordada pioneiramente pela ensaística colonial, que registrou a capacidade do cativo de produzir história e Estados e a necessidade da destruição de Palmares para a sobrevivência colonial.

Rocha Pita elogiou o “fim tão útil como glorioso” da guerra contra Palmares. [PITA, 1976]. No século 18, os intelectuais coloniais dedicaram-se à defesa do tráfico, da ordem e do consenso escravistas questionados pela crítica iluminista e liberal-capitalista. Sequer a Revolução Francesa, em 1789, e a fundação do Haiti, em 1803, único Estado americano parido pela luta servil, provocaram fraturas no discurso escravista luso-brasileiro.

A proposta de fim do tráfico, da escravidão e da discriminação quando da revolta baiana de 1798 foi sufocada e não deixou traços significativos no mundo das idéias e na historiografia. A permanente subalternização historiográfica da Revolução dos Alfiates deve-se sobretudo ao seu radicalismo social. Em *A Bahia no século XVIII*, escrita nos momentos da Inconfidência Baiana, Luís dos Santos Vilhena assinala a influência desorganizadora da escravidão sobre o trabalho livre, mas não questiona o trabalho escravizado. Definiu os africanos como naturalmente preguiçosos. [VILHENA, 1969].

### **Império: de Peça Necessária à Inimigo Interno**

Ainda em inícios do século 19, dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho defendeu a escravidão. Redigida em 1810-9, a *História do Brasil* do inglês Robert Southey – que jamais esteve no país – registrou apenas a existência da instituição. Na pré-Independência, singular exceção, o charqueador escravista Antônio Gonçalves Chaves, de orientação liberal-iluminista, propôs a superioridade da produção livre, branca ou negra, nos quais não via distinção. Sua crítica não teve seguidores. [COUTINHO, 1808; CHAVES, 1978; SOUTHEY, 1977].

Após a Independência [1822]. e, sobretudo, depois da Abdicação [1831], a historiografia do novo império apresentou a escravidão como fenômeno anacrônico destinado a ser superado em futuro distante, imprescindível no presente ao desenvolvimento da nova nação. Em tradução escravista do liberalismo, abandonou-se a justificativa bíblica e natural da escravidão pela defesa do respeito à propriedade legalmente adquirida.

Nos primeiros anos da Independência, em sua *Historia dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, José da Silva Lisboa simplesmente desconheceu a escravidão. Em *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, de 1835, José Inácio de Abreu e Lima justificou a expropriação-subalternização do trabalho escravizado, apesar de considerar pioneiramente a contradição que opunha o escravizador ao escravizado como essência da formação brasileira. Em sua *História do Brasil*, John Armitage associou autonomia unitária e manutenção da escravidão e defendeu essa última. [LISBOA, 1825; ABREU E LIMA, 1835; ARMITAGE, 1981].

Na segunda metade do século 19, quando a tensão posta pela abolição do tráfico transatlântico e pela longa crise econômica do escravismo tornou a instituição a grande questão nacional, o cativo e o cativo continuaram a ser vistos como *percalços* a serem superados no futuro distante, sem causarem rupturas sociais e econômicas para o mundo dos proprietários. Em *História Geral do Brasil*, Varnhagen apresentou o nativo e o africano escravizados como seres inferiores e justificou seus extermínio e escravização. [VARNHAGEN, 1978].

Na Europa, o alemão Gottfried Heinrich Handelmann [1827-1891]. redigiu a inovadora *História do Brasil* devido sua abordagem categorial. Vivendo sob o exórdio do

capitalismo, havendo escrito livros sobre o Haiti e os USA, propondo a superação do escravismo através da introdução de camponeses proprietários, ocupou-se amplamente da escravidão, sem transformar o cativo em pólo interpretativo. Lamentou, mas justificou a destruição de Palmares para impedir a ameaça de africanização da “colonização branca brasileira”. [HANDELMANN, 1978: pp. 308-13.].

Em 1866-8, com o acirramento da questão servil, Agostinho Marques Perdigão Malheiro [1824-1881]. escreveu o primeiro tratado sistemático da escravidão, onde definiu o Brasil como uma nação constituída fundamentalmente por *senhores* e *escravos*; assinalou a exclusão do cativo da cidadania e a oposição estrutural do cativo ao cativo. Ele jamais se juntou ao abolicionismo, preocupando-se sobretudo com a transição gradualista e a “reorganização da força de trabalho no país”. [MALHEIRO, 1976].

A expressão cultural mais acabada da resistência servil e da ruptura de setores livres com a escravidão deu-se na poesia, com a defesa radical de Castro Alves do fim do cativo, se possível através da ação dos trabalhadores escravizados. A literatura ficcional em prosa expressou igualmente óticas próprias ao mundo do trabalho, em geral incompreendidas pelos analistas contemporâneos. [MAESTRI, 2000; CONFORTO, 2012.].

Na crise final da escravidão, Joaquim Nabuco foi o intérprete excelente do abolicionismo moderado. Reconheceu trabalhador escravizado como construtor do Brasil e propôs a sua marginalização no processo da superação do escravismo. Para ele, a “propaganda abolicionista” não se dirigia “aos escravos”. [NABUCO, 1977: 25].

Em sua *História da literatura brasileira*, de 1888, Sílvio Romero registrou a despreocupação com o estudo das culturas-línguas africanas e do papel do “negro” na civilização nacional; reconheceu a construção do Brasil pelo trabalho do cativo; explicou a escravidão devido à *adaptabilidade* do africano ao trabalho nos Trópicos; defendeu a inferioridade racial do “negro” e, logo, do “povo brasileiro”. [LOPES, 1987: 92].

### **República Velha: de escravo a negro**

Em 1888, a vitória da Abolição propiciou transformação revolucionária na formação social brasileira. As relações escravistas dominantes foram extintas e superadas por formas de trabalho juridicamente livre. [GORENDER, 1990]. A escravidão foi ultrapassada como questão social objetiva, impondo aos ideólogos das classes dominantes o silêncio quase

pleno sobre os cativos e a instruição. Então, o difícil discurso sobre o *cativo* metamorfoseou-se em narrativa dominante sobre o *negro*, de cunho etnológico, antropológico e naturalista racistas.

Novas representações encobriram a essência da exploração vivida, no passado, para melhor justificar e defender as novas formas de dominação do trabalho, no presente, na qual o racismo anti-negro desempenhou importante papel. No Brasil, o *racismo científico*, ideologia oficial da expansão imperialista européia, facilitou a gestão republicana dos segmentos sociais subalternizados, em grande parte negros e mestiços.

Dezesseis anos após a instauração da República, o médico mulato maranhense Raimundo Nina Rodrigues publicou estudo sobre os fatos palmarinos. Consagrado como cientista social por seus trabalhos sobre a história-cultura afro-brasileira, fundou a “Escola Baiana” de *antropologia* integrada por intelectuais excelentes como Artur Ramos e Édison Carneiro. [RODRIGUES, 1977; RAMOS, 1934, 1956; CARNEIRO, 1988].

A obra e o sucesso de Nina Rodrigues são exemplos da determinação das leituras do passado escravista pelos sentimentos de classe. Apesar de interpretar com sensibilidade a formação social pré-Abolição, Nina Rodrigues abraçou os princípios “eugenistas” e “sociais-darwinistas” das ciências sociais imperialistas. Intelectual orgânico das classes dominantes, propôs: “A raça negra no Brasil [...] há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.” Elogiou Palmares e justificou a destruição do “novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização”. [RODRIGUES, 1977: 7.].

Nesses anos, enquanto o “racismo científico” era elevado ao *status* de ciência semi-oficial, silenciavam-se os raros autores que divergiam dessas avaliações hegemônicas do papel do cativo no passado, interpretando as classes trabalhadoras livres que lutavam dificilmente contra a submissão política, econômica e ideológica em que eram mantidas. Seus trabalhos eram deslegitimados pelo silêncio.

Em *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, o médico Manuel José do Bomfim realizou radical leitura da escravidão, criticando as “teorias raciais” como “sofisma abjeto do egoísmo humano”. Apontou “a capacidade e aptidão para o progresso social” dos negros expressas em Palmares. Ao estudar o “parasitismo das metrópoles”, definiu a “escravidão” como a “forma de parasitismo social mais completa”. [BOMFIM, 1997; LOPES, 1987: 107].

Em *O colono preto como fator de civilização brasileira*, Manuel Raimundo Querino, descendente de cativos, órfão, professor, jornalista, funcionário público, pintor de paredes, etc., valorizou a contribuição do cativo e do afro-brasileiro à civilização nacional, definindo-o como “herói do trabalho”. No mesmo sentido de Castro Alves na poesia, assinalou pioneiramente o suicídio, fugas, quilombos e justicamentos como resistência social.

Querino foi verdadeiro intelectual orgânico dos subalternizados que desenvolveu sua produção intelectual fortemente à margem da vida intelectual das classes dominantes, sofrendo por isso todas as espécies de dificuldade. Ao igual que Manuel Bomfim, o radicalismo de sua leitura levou a que ela não tivesse seguimento nas ciências sociais brasileiras. [QUERINO, 1918, 1955].

### **Subordinação e Populismo**

Em 1922, a fundação do PCB ensejou que, por primeira vez, as classes trabalhadoras nacionais se propusessem subjetivamente como alternativa política global, sem igual correspondência no mundo social objetivo. Nos anos 1930, os trabalhadores estream em forma explícita em cenário nacional em construção, sem conquistarem autonomia política e ideológica.

As contradições postas pela nova realidade social impulsionaram o reconhecimento da maior importância do trabalhador escravizado no passado, compreendido entretanto como categoria complementar subordinada, em explicações mais complexas da sociedade nacional. Ao contrário do ocorrido quando da escravidão, essas narrativas passavam a dirigir-se crescentemente também às classes exploradas.

Em 1933, desde ótica das classes dominantes sobretudo nordestinas, Gilberto Freyre registrou magistralmente a nova visão. Em *Casa Grande & senzala*, descreveu mundo que através de mestiçagem de sangue e cultura aclimatou os valores ocidentais aos trópicos. A contribuição *hierarquizada das raças fundadoras da nacionalidade – portuguesas, americanos e africanos* – justificava o governo das classes dominantes e punha fim à *hipoteca* lançada sobre o progresso da nação pelo “racismo científico”.

Segundo Freyre, o patriarcalismo luso-cristão teria parido ordem escravista benigna, no passado, e sociedade multirracial, democrática, no presente. A Abolição teria sido uma

verdadeira conspiração contra os escravistas e os escravizados. Essas interpretações alcançaram enorme sucesso fora e no Brasil. [FREYRE, 1969; MAESTRI, 2004].

A partir de 1937, com o golpe do Estado Novo, de viés burguês-autoritário, por quase dez anos, a ordem varguista manteve em camisa-de-força o movimento social e deprimiu fortemente as tentativas de expressá-lo no mundo das idéias. Nesses anos, a leitura patriarcal e consensual do passado brasileiro de Freyre e de seus epígonos transformou-se em espécie de ideologia oficial.

Nos anos imediatamente posteriores à redemocratização conservadora de 1945, manteve-se a hegemonia das posições colaboracionistas no mundo do trabalho. Elas haviam se articulado em torno do apoio ao desenvolvimentismo burguês, antes do início da Guerra, e aos Aliados, após a invasão da URSS. O novo revisionismo historiográfico explicitou a importância do passado escravista sem colocar o trabalhador escravizado no centro do cenário histórico.

### **Quilombo de Palmares**

8

Em 1946, o advogado baiano Édison Carneiro, comunista, pesquisador da cultura afro-brasileira, publicou, no México, *Guerras de los Palmares*, lançado em 1947 no Brasil. O livro era dedicado a Astrojildo Pereira, dirigente comunista que foi talvez o “primeiro intelectual brasileiro a reconhecer o caráter classista da luta” palmarina, em 1º de maio de 1929, no jornal A Classe Operária. [OLIVEIRA, 1966. v-xv.].

Édison Carneiro seguiu vendo o quilombo como “reação negativa de fuga e de defesa” e Palmares como “Estado negro à semelhança dos muitos que existiram na África, no século XVII”, ao igual que Varnhagen e Nina Rodrigues. Descreveu os horrores do cativo, como Handermann, e a valentia palmarina, como Rocha Pita e Nina Rodrigues. Mas inovou ao não elogiar a vitória sobre Palmares, questionando em forma oblíqua a positividade da destruição da confederação. [CARNEIRO, 1966: 32].

Carneiro não aprofundou a definição de Astrojildo Pereira da confederação dos quilombos de Palmares como autêntica luta de classes. Não via o confronto como episódio da contradição entre escravizadores e escravizados, essencial à sociedade brasileira, até a Abolição, em 1888. Ele jamais chegou a definir o Brasil pré-Abolição como uma formação social escravista. Carneiro fazia parte da pequena e ativa franja de intelectuais ligados ao



PCB que compartilhava a leitura nacional-populista da realidade nacional. Leitura que apoiava as propostas frente-populistas, anti-fascistas e de união nacional que o PCB desenvolveu desde 1937 e continuou a defender a partir do imediato após-guerra. [MAESTRI, 2003].

As propostas historiográficas nacional-populistas, fortalecidas pelo desenvolvimentismo burguês, assumiriam caráter quase hegemônico na esquerda brasileira, com contribuições de pensadores brilhantes como Werneck Sodré, Passos Guimarães, Caio Prado, etc., que alcançaram grande sucesso. [SODRÉ, 1969; GUIMARÃES, sd; PRADO, 1953].

A antiga formação social brasileira era apontada como formação *sui-generis* onde relações semi-feudais apoiavam-se no trabalho escravizado. A contradição escravizadores versus escravizados do passado era abandonada em prol da proposta da oposição entre grandes proprietários e homens livres pobres. Dessa definição, propunha-se, no presente, a necessária aliança e submissão das classes trabalhadoras à dita burguesia progressista em prol do fim das supervivências semi-feudais. O trabalhador escravizado se eclipsava nessa leitura ideológica do passado.

Rompendo com o PCB e com sua interpretação histórica, Caio Prado Júnior propôs passado brasileiro organizado quase desde sua origem por ótica capitalista, ao confundir capital mercantil, existente desde a Antiguidade, com produção capitalista. Sua leitura desconsiderou olímpicamente o caráter escravista da sociedade brasileira pré-Abolição e a importância germinal do trabalhador escravizado. Para Caio Prado, o demiurgo da superação da escravidão e da nova ordem capitalista no Brasil seria o cafeicultor paulista transmutado em empresário. [PRADO, 1953, 1977; MAESTRI, 2003].

### **Fraturas sem Continuidade**

Nos anos 1950, a situação política internacional foi abalada pela morte de Josef Stalin; pela luta anticolonial; pela vitória da Revolução Cubana, etc. Também no Brasil o influxo do movimento social em fortalecimento refletiu-se no mundo das idéias. Um intelectual não-brasileiro permitiu ruptura de sentido ontológico nas interpretações sobre a antiga formação social.

Em 1956, Benjamin Péret publicou o ensaio “*Que foi o quilombo de Palmares?*”, revolucionando a leitura da escravidão no Brasil. Péret nascera na França, em família modesta. Jovem rebelde, foi arrolado pela mãe no exército, lutando na Primeira Guerra Mundial. Em 1920, ligou-se à vanguarda poética surrealista francesa, de forte sentido social. Rompeu com o PCF e o stalinismo, ligando-se à oposição trotskista. Em 1929, viajou com sua companheira, cantora lírica, para o Brasil, militando e estudando a cultura-história do Brasil. Escreveu livro sobre a revolta da chibata, destruído pela polícia getulista, que o expulsou do país.

De volta à Europa, Benjamin Péret lutou na Espanha, participou da resistência francesa, viveu no México. Em 1948-54, na França, doente e com problemas econômicos, foi convidado pelo filho brasileiro a vir ao Brasil, onde escreveu ensaio sobre Palmares, sobretudo a partir do livro de Édison Carneiro. Em inícios de 1959, voltou à França, falecendo no mesmo ano. [PÉRET, 2002; PONGE, 2002].

No texto sobre Palmares, Péret assinalou o caráter escravista do Brasil, a oposição fulcral entre o trabalhador escravizado e escravizador. Apontou o quilombo como forma de luta de classes e, algo revolucionário, defendeu que o avanço da formação social brasileira dependia da destruição do escravismo, de preferência pelos escravizados. O fim do cativeiro constituiria salto qualitativo no processo de *civilização nacional*. [MAESTRI, 2002].

Em 1948, o jovem intelectual comunista Clóvis Moura empreendeu pesquisa sobre a luta dos trabalhadores escravizados, que concluiu em 1952. O livro só seria lançado em 1959, sob o título *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, em pequena edição, por ter sido rejeitado pela Brasiliense, de Caio Prado Júnior, seu companheiro de partido e lhe faltar o apoio pedido a Édison Carneiro, também comunista. [MAESTRI, 2003: 43 *et seq*].

*Rebeliões da senzala: quilombos, insurreição, guerrilhas* significou salto epistemológico na leitura do passado do Brasil, ao destacar inequivocamente o caráter escravista da antiga formação social brasileira e sua dominância pela contradição trabalhador escravizado *versus* senhores de escravo. Essa correta compreensão permitiu ao autor apresentar o caráter sistêmico da resistência escrava pré-1888, elemento essencial do devir de antiga formação social brasileira. [MOURA, 1959: 36-8.].

Como no caso de Péret, a interpretação germinal de Clóvis Moura não teve desdobramentos fecundos. A revisão radical dos dois pensadores marxistas não era correspondida por correlação de forças no mundo social que permitisse que entranhasse raízes nas ciências sociais brasileiras, ensejando novas leituras que a aprofundassem e a superassem. Foram e são mantidos, até hoje, no semi-esquecimento. [MAESTRI, 2003: 23-75.].

### **Escola Paulista**

Nos anos seguintes, prosperaram interpretações que reconheceriam a importância e violência da escravidão e assinalariam o caráter não escravista da antiga formação brasileira e a infecundidade do cativo na sua determinação. Esses trabalhos desconhecaram e desconsideraram as propostas do caráter essencial da luta de classes na escravidão. Facilitaram o consenso sobre a *cordialidade* brasileira em país onde imperaria a *transação* e não a *contradição*.

Desde meados dos anos 1950, um grupo de brilhantes acadêmicos desenvolveu amplo projeto de investigação sobre a escravidão e as relações raciais no Brasil. Os mais expressivos membros da chamada “Escola Paulista” foram Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Esses autores criticaram as interpretações sobre a escravidão patriarcal e a democracia racial, comprovando o caráter despótico do escravismo e suas seqüelas posteriores à Abolição.

Entretanto, virando as costas às propostas de Bomfim, Querino, Péret e Clóvis Moura, que sequer discutiram, de ler a antiga formação social a partir da ação do cativo, apresentaram o trabalhador escravizado como uma espécie de “figurante mudo”. Um ser social incapaz de interferir no processo histórico em que era objeto e sujeito central, na esfera da produção.

Ao mesmo tempo em que desdenhavam o trabalhador escravizado como eixo interpretativo, apresentavam igualmente os cafeicultores do Oeste paulista como ancestrais do moderno empresariado e vetores da modernização que levara à superação do escravismo. Defenderam a essência capitalista incompleta da antiga formação social, deduzida do caráter mercantil do escravismo americano. [FERNANDES, 1966, 1978; CARDOSO, 1966; IANNI, 1978: 74.].

A Abolição foi apresentada como verdadeiro “negócio de branco”, devido ao anacronismo econômico da instituição, e não como vitória indiscutível dos trabalhadores escravizados, ainda que tardia, em aliança com o abolicionismo radicalizado, como o faria, mais tarde, Robert Conrad, em seu clássico *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. [CONRAD, 1985].

Também a nova historiografia econômica – Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Roberto Simonsen, etc. – desfocara sua análise do cativo para as mercadorias por ele produzidas. Em cenário determinado desde o exterior, as relações de produção tornavam-se questões secundárias e subordinadas em cenário dominado pelos ciclos dos produtos exportados – pau-brasil, açúcar, café, cacau, etc. Essa visão destacava a figura do plantador que emergia como *empresário* e a escravidão passava a constituir-se a simples forma em que lidava com o fator trabalho. [GORENDER, 2011: 51].

Nesse contexto, a divisão dicotômica dos modelos interpretativos do passado brasileiro em feudal *versus* capitalista, sintetizada na oposição Caio Prado Júnior e Néelson Werneck Sodré, constituía verdadeiro ferrolho bloqueando o reconhecimento da centralidade da contradição essencial entre amos e cativos no passado brasileiro, praticamente até as portas da Abolição. [LAPA, 1981].

Não se tratava de mero impasse teórico. Registrava certamente a incapacidade do mundo do trabalho de abrir-se um espaço autônomo no mundo social objetivo. O que era necessário para que construísse as condições gerais para a dissolução, no mundo das idéias, da subjunção intelectual em que era mantido. Subjunção que se expressava na hegemonia nas ~~das~~ leituras da formação social brasileira das ~~s~~ categorias, interpretações e visões de mundo originadas no mundo das classes dominantes.

A profunda crise econômica e social da dominação capitalista, vivida nos anos 1960 e 1970, com o ápice na terceira crise geral da produção capitalista, em meados dos anos setenta, contribuiu poderosamente para que interpretações do passado brasileiro se centrassem mais e mais na dominância da produção escravista e na ação dos trabalhadores feitorizados, trincando os consensos até então construídos.

### Um Trabalho Germinal

Os avanços intelectuais garantidos pela genial obra de Emília Viotti da Costa – *Da senzala à colônia*–, produzida nos inícios da década de sessenta, exemplifica a nova vitalidade das representações do passado brasileiro permitida pelo avanço geral das forças sociais no mundo e no Brasil. Um processo frustrado fortemente pela vitória histórica da contra-revolução burguesa no Brasil, em 1964. [COSTA, 1982].

Por duas décadas, através do expurgo, da perseguição, do exílio, da prisão, o golpe de 1964 repetiu a repressão às representações, mesmo tendênciais, do mundo do trabalho realizadas pela ditadura getulista de 1937-45. O aprofundamento e amordaçamento teórico das décadas anteriores, através de formas mais sutis e complexas, como a marginalização e subalternização culturais, dava-se agora em forma direta e aberta.

Por um lado, cientistas sociais com ligações diretas e indiretas com o mundo do trabalho foram simplesmente expulsos de universidades, às centenas. Por outro, a ditadura impulsionou a expansão, modernização e profissionalização conservadora dos centros acadêmicos e de pesquisa, em processo pernicioso com seqüelas que duram até os dias de hoje.

Procedeu-se ao estrangulamento das editoras progressistas enquanto eram impulsionadas pelas instituições acadêmicas, pela grande mídia, etc. as obras e os autores que contribuiriam para manter a densa opacidade sobre a determinação da antiga formação social brasileira pelo mundo do trabalho. No que se refere às representações sobre o passado escravista, Gilberto Freyre foi praticamente adotado como intelectual oficial pela ditadura no Brasil e ... pelo salazarismo em Portugal. [MAESTRI, 2004].

O desconhecimento do *status* histórico do cativo não era mero cacoete racista. Silencia-se o trabalhador escravizado no passado para silenciar o trabalhador livre no presente. Com sua obliteração, sufocam-se as genealogias que iluminam as origens das diferenças abismais que regiam e regem a sociedade brasileira, as oposições inconciliáveis entre explorados e exploradores.

Sobretudo, obscureciam-se a incessante resistência dos escravizados aos seus escravizadores e a revolução abolicionista, arrancada pela luta dos mesmos, ainda que tardiamente. Calava-se a prosaica verdade de que independentemente da origem étnica, todo brasileiro descende sociologicamente de amos ou de cativos, de escravizados ou

escravizadores, segundo encontre-se no campo do capital ou do trabalho, objetiva e subjetivamente.

### **Escravidão Colonial**

Como assinalado, a ordem capitalista mundial foi profundamente abalada nos anos 1960 e 1970 – Revolução Cubana, Maio Francês, Unidade Popular chilena; Revolução Portuguesa; vitória vietnamita, cambojana, etc.; descolonização africana. Como também proposto, em meados da década de 1970, a produção capitalista ingressou em sua terceira crise cíclica geral, trincando-se tendencialmente a hegemonia ideológica e cultura burguesa, mesmo nos seus grandes centros.

Ainda que em via de mão dupla, as idéias migram das ruas para os livros, do mundo social objetivo para o das representações. O avanço mundial do mundo do trabalho ensejou renovação qualitativa das ciências sociais marxistas, dissolvendo muito dos impasses postos às mesmas pelas antigas interpretações stalinistas e social-democratas.

Um amplo movimento de re-elaboração teórico-historiográfica apoiou-se na redescoberta das investigações marxianas sobre as formações asiáticas, renovando as concepções sobre a pluralidade dos modos de produção e as transições intermodais conhecidos pela história da Humanidade.

Em fins dos anos 1970, o Brasil foi estremecido pelo renascimento do ativismo social que, ao contrário de 1945, emergiu animado por fortes tendências classistas e autonomistas. Impulso expressado nas grandes greves do ABC, na dissolução da ordem ditatorial, na formação do MST, CUT e PT, Movimento Negro Unificado, em claro sentido classista, anticapitalista, socialista, etc.

Por primeira vez na história do Brasil, o mundo do trabalho movia-se em sentido autônomo. As importantes transformações no mundo social objetivo criavam condições para que frutificassem, no mundo das representações, narrativas influenciadas pelo trabalho, dissolvendo-se tendencialmente as visões hegemônicas das classes dominantes. Por primeira vez, superava-se a marginalização das leituras que se afastavam dos cânones historiográficos. [MAESTRI, 2005].

## Revolução Copernicana

Na década de 70, antes da crise final da ditadura, viveu-se salto ontológico com a definição da dominância na pré-Abolição de modo de produção escravista colonial, definido como historicamente novo em relação ao escravismo patriarcal e pequeno-mercantil da Antiguidade. Proposta apresentada em forma sintética por Ciro Flamarión Cardoso e categorial-sistemática por Jacob Gorender, em 1978. [FLAMARIÓN, 1975; GORENDER, 2011].

O impacto da tese *O escravismo colonial* expressou-se no esgotamento da primeira edição da obra no próprio ano de sua publicação, em plena ditadura militar, durante seu processo de “abertura lenta, gradual e segura”. Por primeira vez, interpretações sobre a formação social brasileira, oriundas do mundo do trabalho, eclodiam no mundo cultural e ideológico, fragilizando poderosamente as interpretações oriundas das classes exploradoras.

A compreensão da dominância da antiga formação social brasileira pelo modo de produção escravista colonial e a definição de suas leis tendenciais colocavam a necessidade de amplo projeto de investigação metodológica e historiográfica sobre os diversos modos de produção subordinados; sobre classes exploradas – trabalhadores escravizados, índios, caboclos, etc. –; sobre a especificidade da luta de classes na escravidão; sobre a gênese, desenvolvimento e superação da sociedade colonial escravista, etc.

A leitura dicotômica feudalismo & capitalismo construíra paisagens nas quais a luta social praticamente inexistia. Interpretações sobre a passividade, vilania, transigência, etc. das classes sociais foram deduzidas dessas ausências, como proposto. Ambas as interpretações escamoteavam o papel do cativo como agente hegemônico do mundo do trabalho. [MAESTRI, 2005].

A definição da centralidade do trabalho escravizado desvelou e explicitou o conteúdo da singular, violenta e ininterrupta luta de classes entre as classes antagônicas desde a origem da sociedade colonial, como sugerida no passado por autores isolados, como assinalado pontualmente. Por alguns anos, levantou-se mais e mais o véu das apologias ideológicas que encobria o passado, revelando-se não poucos segredos seculares.

Um amplo processo revisionista do passado brasileiro iniciou-se sobretudo nos centros acadêmicos, agitados pelo novo ativismo social. Esse influxo positivo fez-se sentir, ainda que muito parcialmente, no seio do crescente número de programas de pós-

graduação, formados e formatados sobretudo a partir da modernização conservadora das universidades realizada pela ditadura militar.

### **Revolução Neoliberal**

No momento em que o processo de releitura do passado radicalizava-se no Brasil, a avassaladora maré neoliberal determinava regressão geral das forças do trabalho através do mundo, motivando a seguir regressão histórica jamais conhecida pela Humanidade. A derrota das revoluções chilena, portuguesa, afegã, etc. assinalaram a crise do impulso iniciado vinte anos antes. Em fins de 1970, a maré revolucionária esmorecera e, na década seguinte, retrocedeu para, finalmente, ser vergada, em fins dos anos 1980.

Também nas representações foram enormes as conseqüência da derrota do mundo do trabalho. Na filosofia, historiografia, literatura, sociologia, economia, etc. dominaram as tendências consumistas, hedonistas, individualistas, irracionalistas, solipsistas. As propostas de reforma social foram definidas como macabros mitos ideológicos. Na literatura e artes cinematográficas, abriram-se os tempos das bruxas, dos vampiros, dos zumbis, etc. estética já naturalizada pelas gerações atuais.

16

À medida que se dissolviam as propostas de racionalização social, deprimia-se o prestígio do racionalismo e do marxismo, sua expressão superior como ferramentas de explicação do mundo. Decretou-se a morte do marxismo, do socialismo, da revolução e da própria classe trabalhadora, pretensamente comprovada pela dissolução da URSS e dos Estados operários.

Propôs-se como axioma o fim da história como ciência, agora mera literatura do vivido. Decretou-se a ininteligibilidade das tendências e causas do devir histórico. O conhecimento da verdade objetiva, mesmo tendencialmente, tornou-se um mito: “Por certo, se tal verdade existe, não nos foi dado, como seres que constroem culturalmente o mundo em que vivem, o privilégio de alcançá-la.” [FRANÇA & FERREIRA, 2012: 12].

Luta de classe, modos de produção, formações sociais, a investigação do devir histórico, o princípio de conhecer para transformar foram abominados e substituídos por investigações gentis sobre o mundo simbólico, as mentalidades, a vida quotidiana, a sexualidade patológica, etc.



O estudo privilegiado do mundo dos trabalhadores, dos camponeses, das mulheres, dos cativos, etc. foi substituído por narrativas sobre bruxas, feiticeiras, mulheres prostituídas, etc. A análise das categorias e tendências causais profundas foi deslocada por *nova* história política e biografismo tacanho e exótico que recuperaram a *velha* visão da determinação do passado por indivíduos excelentes. De ciência, a história se transformou, mais e mais, em puro *entretenimento*.

A apologia do conservadorismo, obscurantismo, imperialismo e a naturalização da opressão asseguraram a consagração pessoal, acadêmica e econômica de milhares de intelectuais escroques e farsantes, de menor e maior coturno, promovidos e legitimados pela grande mídia: Alain Finkielkraut, Jean-François Lyotard; Bernard-Henri Lévy; Francis Fukuyama; Gilles Lipovetsky; Paul. Veyne; Pierre Nora ; Stéphane Courtois.

### **Escravidão Reabilitada**

Desde inícios dos anos 1980, empreendera-se reação à crítica das visões conservadoras da antiga formação social brasileira. Muito logo, sob o influxo da maré liberal, recuou e dissolveu-se o processo de investigação historiográfica categorial-sistemática do passado escravista. Então, sobreveio movimento de restauração das narrativas sobre escravidão consensual e benigna que, em última instância, refinava e atualizava as apologias das antigas classes escravistas.

No novo cenário, a solução do confronto teórico sobre a essência do passado escravista deu-se no mundo social e não das idéias. As propostas referentes ao caráter consensual da escravidão e de sua natureza tendencialmente benigna tornaram-se hegemônicas, sustentadas pelo dinamismo das classes sociais proprietárias triunfantes que as apoiavam e as inspiravam. As investigações apoiadas nas categorias modo de produção e formação social foram literalmente abandonadas.

Milhares de historiadores acomodaram-se à nova ordem ou saltaram, literalmente, de armas e bagagens, para o outro lado da trincheira. “Aos vencedores as batatas, aos vencidos, *as cascas!*” Novas gerações de cientistas sociais educaram-se sob o domínio do pensamento único conservador sem, no geral, qualquer estudo do que criticavam e abominavam. Passaram a repetir apenas *idéias* feitas. “A crise dos paradigmas [...]”; “A reificação do escravo pelo marxismo”, etc.

O movimento restauracionista serviu-se do apoio literalmente monopólico das instituições universitárias, dos centros de pesquisa, dos órgãos financiadores, das grandes editoras, etc. Ele foi apoiado e legitimado – e não raro dirigido – pelos grandes meios de divulgação, plenamente conscientes da importância do processo historiográfico negacionista. Periodicamente, a Folha de São Paulo, a revista Veja, a rede Globo, etc. definiram e definem o que era e o que é *in* e *out* na pesquisa historiográfica.

Originalmente, a proposta de escravidão consensual não foi lançada em revista acadêmica, mas no então prestigioso Jornal do Brasil, em 18 de agosto de 1985. Apenas quatro anos mais tarde, em 1989, sintomaticamente no ano da *Queda do Muro de Berlin*, era publicado o livro *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, de Eduardo Silva em parceria com João Reis. [SILVA & REIS, 1989].

### **O Escravo que Negocia**

Inicialmente, em *démarche* de sentido claramente social-democrata, substituiu-se, como *motor da história* da escravidão, a oposição do escravizado pela sua acomodação e integração ativa consensual. Escravizador e escravizado, de pólos estruturalmente antagônicos, passavam a elementos constitutivos complementares da sociedade escravista, em lição do caminho a ser seguido pelos trabalhadores hodiernos.

A partir do viés social complementar, em verdadeira cirurgia plástica do passado escravista, articularam-se amplas investigações e apologia sobre a *negociação*, a *alforria*, a *parentela*, os *laços de compadrio*, etc. abandonando-se mais e mais o estudo da fuga, do justicamento, dos quilombos, das insurreições, da oposição do cativo ao trabalho, etc. Praticamente se desconhecia a escravidão como organização econômica destinada a extração de sobre-trabalho pela coerção extra-econômica, desconhecendo-se a dialética da escravidão em que o escravizador vivia *pelo* escravizado, que vivia *apesar* do seu explorador.

Na desqualificação das formas de superação mesmo individual e parcial da escravidão, “Ações de Liberdade” e “Ações Cíveis” tardias e numericamente pouco significativas literalmente transformaram a justiça do Estado escravista em caminho pacífico e vitorioso dos cativos pela liberdade. Sobretudo, a Lei do Ventre Livre,

verdadeiro golpe escravista ao movimento abolicionista, foi apresentada como enorme vitória dos escravizados. [GEBARA, 1986; GRINBERG, 1994; CONRAD, 1985].

Os novos temas abordados deram-se no contexto de releitura crescentemente otimista das condições de vida e de trabalho sob a escravidão no Brasil, na qual desempenhou papel fundamental a afirmação da existência sistêmica e universal de famílias escravizadas estáveis no passado escravista brasileiro. [FLORENTINO & GOÉS, 1997].

Esse processo restauracionista apoiou-se fortemente em *script epistemológico* e *historiográfico* delineado e aplicado nos USA a fim de reconstruir cenário consensual para o escravismo naquele país. Movimento apologético fortemente impulsionado também pela necessidade de abafar as tensões colocadas pelo ativismo afro-americano revolucionário das décadas de 1960-70, desorganizado e destruído nas décadas seguintes, mesmo fisicamente, em prol das propostas colaboracionistas.

### **Como era Gostoso ser Escravo no Brasil**

Na popularização do revisionismo neopatriarcalista no Brasil teve inicialmente essencial papel a obra *Ser escravo no Brasil*, onde a historiadora Kátia Queirós de Mattoso defende que, através da acomodação construtiva dos escravizados à escravidão, teria-se “conseguido impor a paz social no conjunto do Brasil escravista”! Publicado, na França em 1979, e no Brasil, em 1982, esse livro quase hilário propunha que os cativos comessem maravilhosamente bem, trabalhavam quase nada e apanhavam praticamente nunca.

Escrevia a prestigiada autora: “[...]. o trivial do escravo continha farinha de mandioca, milho, carne seca, caça, frutas locais (banana, laranja, limão, mamão) e melão. Próximo à costa ou aos rios, os escravos pescavam peixes e crustáceos.” [MATTOSO, 1984: 19, 117, 122.]. O trabalho foi efusivamente saudado pela Academia e apresentado como obra referencial para as novas investigações pelo historiador Ciro Flamarión Cardoso, que anos antes publicara artigos seminais sobre o modo de produção escravista colonial. [CARDOSO, 1973].

A proposta – também importada – da *brecha camponesa* teve importante papel na deslegitimação da leitura categorial-sistemática da escravidão. Ela metamorfoseava arbitrariamente o trabalhador escravizado em camponês, quando produtor *independente* nas

minúsculas glebas concedidas em algumas regiões e em algumas épocas pelos escravizadores no Brasil. [CARDOSO, 1987].

Paradoxalmente, as investigações sobre *a brecha* foram praticamente abandonadas ao comprovarem-se sua incidência tópica [geográfica e temporal] e sua função de super-exploração do cativo. No mesmo sentido, comprovou-se a alforria como estratégia integradora à escravidão e fenômeno excepcional, sobretudo quando de expansão do processo produtivo. Dados que não debilitaram as conclusões propostas *inicialmente*.

Construído o consenso da impossibilidade de qualquer compreensão das tendências sociais estruturais, químera e violência teórica marxista, enviou-se às calendas os estudos e definições categorial-sistemáticos. Também na escravidão a historiografia retomou seu *status* de ciência da singularidade arbitrária, propostas apoiadas por novas e efêmeras epistemologias que se propunham vocação universal – micro-história, história regional, *nova* história política, *nova* história cultural, etc.

Negando-se a hierarquização necessária das categorias sociais, subsumidas necessariamente à realidade material e histórica, sob a retórica de restituir autonomia ao “*escravo coisificado*” pelas interpretações “materialistas redutoras”, instaurou-se o império de cativos determinando arbitrariamente suas vidas e a dos seus escravizadores a partir de seus atos e vontades.

20

Para essa visão, o “*escravo torna-se sujeito histórico*”, não através do trabalho, do conflito e da oposição, mas por meio da acomodação e transação, em geral conscientes. Em mundo quase harmônico, em que escravizadores e escravizados são categorias inevitável e necessariamente “inter-relacionadas e interdependentes”, os cativos passaram a torcer a realidade em seu favor, criando sociedade plenamente vivível para eles, já cúmplices de seus proprietários!

Nessa reinvenção da história, vista como leitura aleatória do passado determinada pela subjetividade de cada historiador, os trabalhadores escravizados, construtores das relações que vivem em colaboração/acomodação com os escravistas, tornaram-se agentes históricos interessados na própria sustentação e defesa da escravidão, que já lhes garantiam mais conquistas do que exploração.

Em entrevista à **Folha Ilustrada**, em 13 de fevereiro de 2006, o historiador João Fragoso defendeu o interesse dos cativos na manutenção da escravidão. “Esses senhores da

terra [proprietários rurais no Brasil], tinham que ter legitimidade social, tinham que ter apoio da sociedade, e esse apoio vinha principalmente dos escravos. Se eles achassem que esses senhores não eram de nada, acabou. Não seriam mais senhores.” Para João Fragoso, comumente, o “braço armado” dos “senhores” era seus próprios “escravos armados”.

### **A Morte do Cativo**

O consenso do trabalhador escravizado para com o escravizador e a escravidão nascia do fato de que “recebiam alguma coisa em troca. [sic]. Eram reconhecidos alguns direitos costumeiros como, por exemplo, a possibilidade de terem famílias, terras, de terem acesso a maquinarias de beneficiamento. Isso lhes dá poder, e é fruto dessa negociação. Se por um lado servem, ou lutam ao lado de seus senhores, por outro recebem alguma coisa. Se fosse apenas conflito, esse país seria um barril de pólvora e explodiria. O Brasil tem 500 anos, dos quais 300 com escravidão.”

Passando a escravatura a contar com a solidariedade dos escravizados, para muitos a Abolição transformou-se na conspiração de *abolicionistas* contra escravistas e escravizadores. Proposta dos negreiros quando daqueles sucessos, retomada, como narrativa histórica, mais tarde, por Gilberto Freyre, intelectual amplamente recuperado pelo restauracionismo historiográfico da escravidão.

A hegemonia dos segmentos médios sobre o movimento organizado e a submissão e integração plena de suas lideranças ao Estado e ao grande capital influenciaram também fortemente a historiografia. O cativo, ancestral do trabalhador moderno, desapareceu como referência paradigmática para lideranças que se mobilizaram pela integração de frações sociais negras aos exploradores e participação à exploração, sofrida privilegiadamente pelas classes populares negras, e não mais pela luta contra todas as desigualdades da sociedade classista.

No novo contexto em que se abomina o trabalho e se reivindica o direito à exploração, o cativo, por século demiurgo da construção social, expropriado substancialmente das riquezas que produziu, foi substituído como elemento referencial pelo novo movimento negro. Seu lugar foi ocupado por cativos e negros de sucesso e pela apologia de uma cultura afro-brasileira imaginária – música, dança, alimentação, religião, etc. – originada diretamente em uma África mitificada e jamais mediada pela escravidão.

## Bibliografia

- ANTONIL, André João. [1976]. *Cultura e opulência do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília INL.
- ARMITAGE, John. [1981]. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:EdUSP.
- BENCI, Jorge. [1977]. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos: livro brasileiro de 1700*. São Paulo: Grijalbo.
- BOMFIM, Manoel. [1997]. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. [1977]. *Diálogos das grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos.
- CARDOSO, C. F. [1973]. Sobre los modos de producción coloniales de América. ASSADOURIAN, C.S. *et al. El modo de producción esclavista colonial en América*. Buenos Aires: Siglo XXI. Pp. 193-217.
- CARDOSO, Ciro Flamariam S. [1987]. *Escravo ou camponês. O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: brasiliense.
- CHAVES, Antônio José Gonçalves. [1978]. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: ERUS.
- CONFORTO, Maria. [2012]. *O escravo de papel: O cotidiano da escravidão na literatura do século XIX*. Caxias do Sul, RS: Educus.
- CONRAD, Robert Edgar. [1985]. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- COSTA, Emília Viotti da. [1982]. *Da senzala à colônia*. 2 ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas.
- COSTA, Emília Viotti Da. [2008]. *A abolição*. 8 ed. São Paulo: Ed UNESP.
- COUTINHO, dom José Joaquim da Cunha de Azeredo. [1808]. *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África*. Lisboa: João Rodrigues Neves.

- FERNANDES, Florestan. [1978]. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1960;  
*A integração do negro na sociedade de classes*. 3 ed. São Paulo: Ática.
- FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. [1997]. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FRANÇA, J. M. C. & FERREIRA, R. A. [2012]. *Três vezes zumbi: a construção de um herói brasileiro*. São Paulo: Três Estrelas.
- FREYRE, Gilberto. [1969]. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2 v.
- GEBARA, Ademir. [1986]. *O mercado de trabalho livre no Brasil 1871-1888*. São Paulo: Brasiliense.
- GORENDER, Jacob. [1989]. *A burguesia brasileira*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense.
- GORENDER, Jacob. [1990]. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. [2011]. 5ed. São Paulo: Perseu Abramo.
- GOULART, José Alípio. [1971]. *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista; INL.
- GOULART, José Alípio. [1972]. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/ IHL.
- GRINBERG, K. [1994]. *Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. [sd]. *Quatro séculos de latifúndio*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HANDELMANN, H. *História do Brasil*. [1978]. São Paulo: Melhoramentos. Tomo 1.
- IANNI, Octávio. [1962]. *As metamorfoses do escravo*. [1978]. São Paulo: Difel;  
*Escravidão e racismo*. São Paulo:Hucitec.
- LAPA, José Roberto do Amaral. (Org.). [1981]. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes.
- LIMA, José Inácio de Abreu e. [1835]. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Niterói: Niterói de Rego.

- LISBOA, José da Silva. [1825-6]. *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional,. 4 vol.
- LOPES, L. Carlos. [1987]. *O espelho e a imagem: o escravo na historiografia brasileira [1808-1920]*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- LUNA, Luiz. [1968]. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Leitura.
- MAESTRI, Mário. [2000]. *A segunda morte de Castro Alves: genealogia crítica de um revisionismo*. Passo Fundo: EdiUPF.
- MAESTRI, Mário. [2001]. A escravidão e a gênese do Estado nacional brasileiro”. In: ANDRADE, Manuel Correia de. [Org.]. *Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX*. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana. pp. 49-77.
- MAESTRI, Mário. [2001]. *Uma história do Brasil: a Colônia*. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- MAESTRI, Mário. [2002]. Benjamin Péret: um olhar heterodoxo sobre Palmares. PÉRET, Benjamin. *O quilombos dos Palmares*. Porto Alegre: EdUFRGS. Pp. 47-74.
- MAESTRI, Mário. [2003]. Filhos de Cam, filhos do cão: o trabalhador escravizado na historiografia brasileira. In: Luiz Sávio de Almeida. (Org.). *O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. 1ed.Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas. pp. 23-75.
- MAESTRI, Mário. [2004]. *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado: gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil*. CADERNOS IHU, ano 2, n. 6, Instituto Humanitas Unisinos, Unisinos, São Leopoldo. 31 pp. Cadernos IHU, <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu?start=30>
- MAESTRI, Mário. [2005]. *O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Goreneder*. Revista História & Luta de Classes, Rio de Janeiro, v. 1, p. 77-102.
- MAESTRI, Mário. *Servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MALHEIRO, Perdígão. [1976]. *A escravidão no Brasil*. 3 ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, IHL, 2 V.
- MATTOSO, Kátia de Queiros. [1982]. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.



- MOURA, Clóvis. [1959]. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Zumbi.
- NABUCO, Joaquim. [1977]. *O abolicionismo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, INL.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. [1966]. Apresentação. CARNEIRO, Édison. *O quilombo dos Palmares. O Quilombo de Palmares*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. v-xv.
- PÉRET, Benjamin. [1956]. “*Que foi o quilombo de Palmares?*”. Revista *Anhembi*, São Paulo, abril e maio; *O quilombos dos Palmares*. [2002]. Porto Alegre: EdUFRGS.
- PITA, Rocha. [1976]. *História da América portuguesa*. São Paulo: EdUSP; Belo Horizonte, Itatiaia,.
- PONGE, Robert. [2002]. Benjamin Péret: surrealista e historiador de Palmares. PÉRET, Benjamin. *O quilombos dos Palmares*. Porto Alegre: EdUFRGS. Pp.13-46.
- PRADO JÚNIOR, Caio. [1953]. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. 4 ed. São Paulo; Brasiliense; *História econômica do Brasil*. [1977]. 20 ed. São Paulo: Brasiliense.
- QUERINO, Manuel Raimundo. [1918]. *O colono preto como factor de civilização brasileira*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado.
- RAMOS, Arthur. [1934]. *O negro brasileiro: ethnographia religiosa e psychanalyse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; *O negro na civilização brasileira*. [1956]. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- ROCHA, M. R. [1992]. *Etíope resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Discurso teológico jurídico. Sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758. Petrópolis: Vozes; São Paulo, CEHILA.
- RODRIGUES, Nina. [1977]. *Os africanos no Brasil*. 5 ed. São Paulo: CEN.
- SILVA, Eduardo & REIS, João. [1989]. *Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai-João, o Escravo que negocia. In: *Jornal do Brasil*, 18 Ago. 1985.
- SODRÉ, Néilson Werneck. [1969]. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOUTHEY, Robert. [1977]. *História do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL. 3 vol.

VAINFAS, Ronaldo. [1986]. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. [1978]. *História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. 9 ed. São Paulo: Melhoramentos. 3 vol.

VIANA, Oliveira. [1959]. *Raça e assimilação*. Rio de Janeiro: José Olímpio.

VIEIRA, A. *Sermões*. [1951]. Tomo XI. Porto: Lello & Irmão. (Sermão XIV, 1633)

VILHENA, Luís dos Santos. [1969]. *A Bahia no século XVIII*. Bahia: Itapuã. 3 vol.